

Research Brief 2021

SUB-REPRESENTAÇÃO DE UMA GERAÇÃO

JOVENS NA ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA, GOVERNO E PARLAMENTO EUROPEU (1976-2019)

*Hugo Ferrinho Lopes
Pedro Silveira
António Horta Lopes*

ÍNDICE

3

Jovens na
Assembleia da
República

5

Jovens no
Governo

7

Jovens Portugueses no
Parlamento Europeu

10

Considerações
Finais

11

Referências
Bibliográficas

O aparente “divórcio” entre os jovens e a política tem sido amplamente discutido e, inclusive, dado como uma certeza nas últimas décadas. Mas existirá, efetivamente, um “divórcio” no que diz respeito à representação de jovens na política? E, a existir, quais são as causas? Quem cometeu “adultério”? Noutras palavras, se os jovens estão efetivamente distantes de cargos políticos, a quem podem ser assacadas responsabilidades? Por um lado, argumenta-se que a culpa deste “distanciamento” reside nas novas gerações, que deixaram de se interessar pela política. Por outro, que as oportunidades em cargos políticos lhes estão vedadas.

Com efeito, as novas gerações apresentam um declínio da participação política, filiação partidária e confiança nas instituições políticas superior ao das restantes faixas etárias. Este processo de “individualização e desinstitucionalização” trouxe preocupações sobre o presente e o futuro das democracias (Bruter e Harrison, 2009). Em particular, com a parca renovação dos dirigentes políticos no quadro institucional e a sub-representação jovem nas instituições políticas (Sundström e Stockemer, 2019; IPU, 2021). No entanto, à medida que as organizações partidárias se tornaram progressivamente mais profissionalizadas, deixaram de investir em canais de recrutamento, formação e socialização. Os jovens podem até desertar da participação política convencional, mas não só não deixam de o fazer através de outras formas, tais como associações (cívicas, estudantis, profissionais, etc.), grupos de interesse e ONGs (Augusto, 2008), como não é certo que a sua representação nas principais instituições políticas tenha diminuído. Será este um sintoma da falta de capacidade das organizações políticas tradicionais em incluírem as novas gerações?

O aparente “divórcio” entre os jovens e a política tem sido amplamente discutido e, inclusive, dado como uma certeza nas últimas décadas. Mas existirá, efetivamente, um “divórcio” no que diz respeito à representação de jovens na política? E, a existir, quais são as causas?

Neste *research brief*, analisamos como tem evoluído a representação das novas gerações em instituições políticas fundamentais. Assim, exploramos a presença da camada etária mais jovem na Assembleia da República, Governo de Portugal e Parlamento Europeu em perspetiva longitudinal.

Recorre-se a dados secundários das biografias dos deputados à Assembleia da República de 1976 a 2015 (Freire 2009a, 2009b; Freire et al., 2012, 2016). Estes foram atualizados até à presente legislatura através da página oficial do parlamento e das páginas oficiais dos deputados. No que concerne ao Parlamento Europeu, fazemos referência a dados de todos os eurodeputados eleitos pelos diversos Estados-membros, recolhidos de Stockemer e Sundström (2019), para o período 1979-2014, e atualizados pelos autores

até à corrente legislativa. Não obstante, aprofundamos em particular o caso dos parlamentares europeus eleitos por Portugal, cujo lapso temporal começa em 1986, aquando da adesão deste Estado ao projeto comunitário e da nomeação dos primeiros eurodeputados. Os dados foram recolhidos a partir da informação disponível no EU Open Data Portal, na página oficial do Parlamento Europeu, páginas oficiais dos eurodeputados, dos partidos (nacionais e europeus) e instituições onde estes parlamentares serviram previa ou posteriormente. Já no que concerne aos membros do governo, recorre-se a dados secundários para os que exerceram funções até 2015 (Almeida e Pinto, 2015; Silveira, 2019). Estes foram atualizados com recurso a fontes oficiais, nomeadamente o sítio do governo.

Agrupamos a idade em três faixas etárias (≤ 35 anos; 36-49 anos; e ≥ 50 anos). Embora, em Portugal, se considere por vezes o limite de 30 anos para definir a faixa etária mais jovem, seguimos o critério europeu e de estudos prévios, considerando jovens como os cidadãos com 35 ou menos anos de idade.

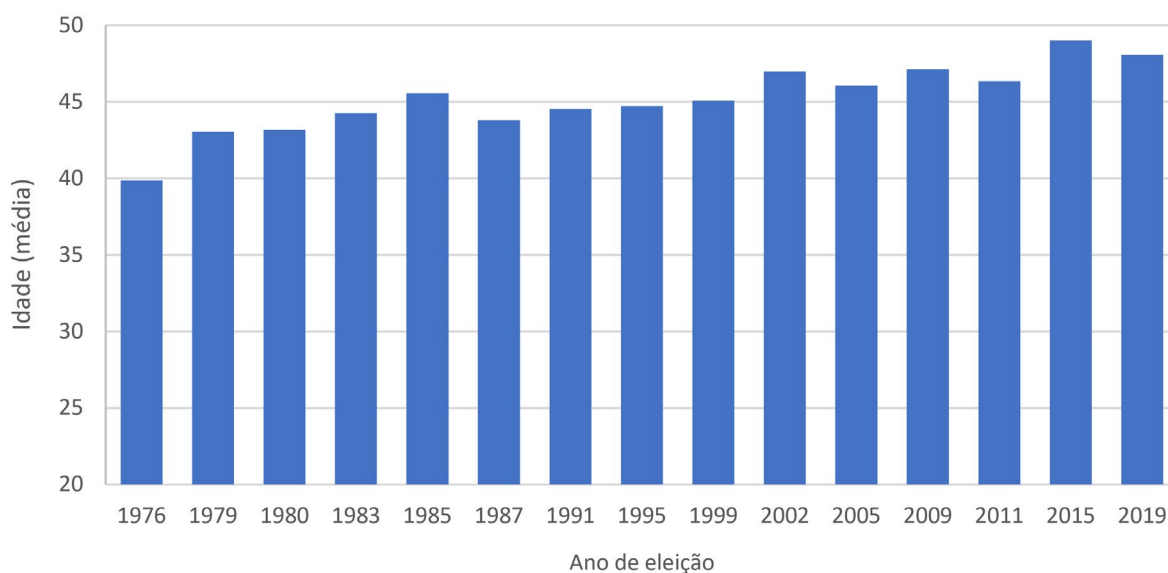
JOVENS NA ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA

Numa perspetiva de representação política descritiva, o parlamento deve ser um “microcosmo” da sociedade, espelhando a sua heterogeneidade geográfica, de género, etária, étnica, religiosa, entre outras. Deste ponto de vista, o número de jovens deputados deve ser um reflexo do peso percentual desta geração na sociedade portuguesa (cerca de 35%, de acordo com a Pordata), permitindo-lhe dispor de um peso equitativo na definição de políticas públicas.

A idade média dos deputados cresceu substancialmente entre as primeiras e as últimas eleições legislativas, passando de cerca de 40 para cerca de 48 anos de idade

Gráfico 1. Média de idade dos Deputados à Assembleia da República (1976-2019)

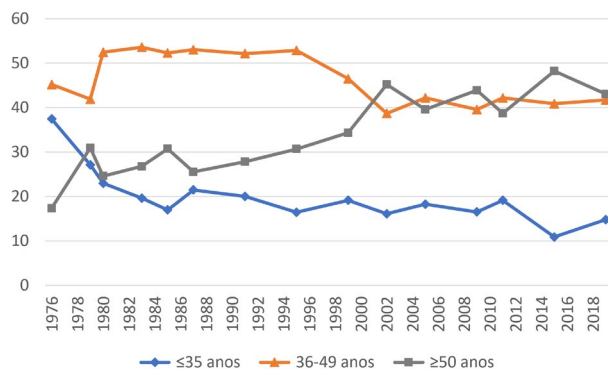
Fontes: de 1976 a 2015, Freire (2009a; 2009b) e Freire e colegas (2012; 2016); de 2015 à presente legislatura, recolha dos autores.



No entanto, como podemos inferir a partir dos gráficos 1 e 2, este peso está longe de ser uma realidade. A idade média dos deputados cresceu substancialmente entre as primeiras e as últimas eleições legislativas, passando de cerca de 40 para cerca de 48 anos de idade. Enquanto, em 1976, a faixa etária mais velha representava somente 17.35% do hemiciclo, este é hoje o grupo com maior predominância na legislatura, contando com um total de 43.04% dos parlamentares. Inversamente proporcional é a representação de jovens, que se cifrava em 37.44% na primeira legislatura, e se fica atualmente por apenas 14.78% do Parlamento. Em números absolutos, são 81 deputados eleitos com 35 ou menos anos de idade na primeira legislatura, número que foi decrescendo progressivamente – embora não de forma linear – até à presente legislatura, que tem 35 jovens eleitos. Já a representação do grupo de “meia-idade” (36-49 anos) manteve-se relativamente estável, passando de 45.21 para 41.74%, não obstante um ligeiro decréscimo a partir do fim do “cavaquismo”, em 1995.

Gráfico 2. Representação etária na Assembleia da República (%), 1976-2019

Fontes: de 1976 a 2015, Freire (2009a; 2009b) e Freire e colegas (2012; 2016); de 2015 à presente legislatura, recolha dos autores.



Cabe ainda olhar para as diferenças dentro de cada legislatura e de cada partido. Foram incluídas na análise as organizações partidárias que, atualmente, têm assento parlamentar, excluindo o LIVRE¹, IL e Chega, em virtude de os seus deputados únicos não serem jovens e de não terem obtido mandatos em pelo menos duas eleições consecutivas.

O gráfico 3 revela um declínio generalizado do peso das novas gerações dentro de cada grupo parlamentar, refletindo a tendência geral supramencionada. As exceções são o BE, o PEV e o PAN. O BE, logo na segunda eleição em que alcançou mandatos (2002), tinha um jovem entre os seus três deputados (João Teixeira Lopes) e, com a exceção da XII legislatura (2011-2015), tem aumentando sempre o peso das novas gerações na sua bancada, contando, em 2019, com 42% de eleitos com 35 ou menos anos (Ricardo Vicente, Moisés Ferreira, Mariana Mortágua, Maria Rola, Luís Monteiro, José Soeiro, Joana Mortágua e Isabel Pires). O PEV, em 1987, contou com dois deputados menores de 36 anos (Maria Santos² e Herculano Pombo³), e de 1995 a 2005 teve sempre um jovem entre os dois deputados eleitos (Heloísa Apolónia, de 1995 a 2001, eleita a primeira vez com 26 anos; e José Pacheco Gonçalves, eleito, em 2005, com 32 anos). No entanto, a falta de renovação dos eleitos do PEV ditou que há mais de uma década – desde a X legislatura (2005-2009) – que o partido deixasse de ter qualquer representação juvenil, acontecendo o mesmo no CDS-PP após 2015. Já o PAN, na presente legislatura, elegeu Bebiana Cunha e Cristina Rodrigues⁴, com 34 anos, num total de 4 membros do grupo parlamentar. Nos restantes partidos, a tendência tem sido de marginalização dos jovens nestes cargos, embora os padrões não sejam lineares, como se verifica no PCP entre a X e a XII legislaturas (2005-2009 e 2011-2015, respetivamente), e no CDS-PP, que passou de zero para mais de 1/3 de jovens na Assembleia da República em 1995. Neste último caso, ocorreu durante o mandato de Manuel Monteiro na liderança do partido (1992-1998), o que pode ter sido facilitado devido a este ter presidido à então Juventude Centrista, hoje Juventude Popular, no período anterior (1985-1990) à sua candidatura ao CDS-PP.

1 À data da eleição, já que a deputada do LIVRE passou, entretanto, a não-inscrita.

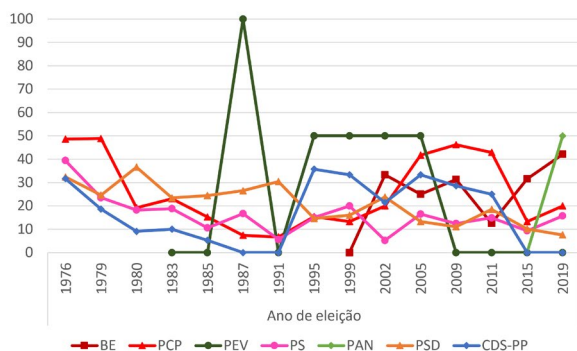
2 Que já tinha sido eleita pelo PCP, na IV legislatura, passando depois a independente; e que, depois de eleita pelo PEV na V legislatura, esteve como deputada pelo PS na VIII e IX legislaturas.

3 Passou a não-inscrito em 1990.

4 Que, entretanto, passou a deputada não-inscrita.

Gráfico 3. Representação de jovens na AR: distribuição por partido (%)

Fontes: de 1976 a 2015, Freire (2009a; 2009b) e Freire e colegas (2012; 2016); de 2015 à presente legislatura, recolha dos autores.



Convém realçar ainda o peso das novas gerações na bancada do Partido Renovador Democrático (PRD) na IV legislatura (1985-1987), com um total de 7 jovens em 41 deputados (17.07%). Outros partidos chegaram a obter representação parlamentar, mas nunca elegeram um(a) jovem.

Somando todas as legislaturas, os partidos ecologistas e os de esquerda radical têm a maior representação relativa de jovens nas suas bancadas: o BE teve 23 jovens até hoje, num total de 75 deputados (26.79%); o PCP tem um rácio de 93 em 348 (26.72%); o PEV de 6 em 20 (30%); o PS de 238 em 1353 (17.59%); o PAN de 2 em 5 (40%); o PSD de 315 em 1434 (21.97%); e o CDS-PP de 64 em 325 (19.69%). No presente mandato, o PS tem o deputado mais velho e o mais novo: Alexandre Quintanilha e Miguel Costa Matos, eleitos com 74 e 25 anos, respetivamente. No caso dos repetentes, destaca-se o líder do PCP: Jerónimo de Sousa é deputado desde 1976. Eleito a primeira vez a dias de completar 29 anos, mantém-se na Assembleia da República há 45 anos, hoje com 74 de idade.

Por fim, apesar de já ter existido, pelo menos, um Presidente do Parlamento com 35 ou menos anos de idade em alguns países, como o Chile (Diego Paulsen, 33 anos), Montenegro (Aleksa Bečić, 33), e Bolívia (Andrónico Rodríguez, 31), em Portugal, nenhum foi eleito nessa faixa etária.

JOVENS NO GOVERNO

O governo é usualmente encarado como o zénite de qualquer carreira política nacional, pelo que a idade dos seus membros tende a ser mais elevada. Ainda assim, virtude da tendência de democratização das elites executivas, têm surgido em vários países não só casos de ministros e secretários de Estado bastante jovens, mas também de chefes do executivo. Sebastian Kurz foi Chanceler austríaco pela primeira vez com 31 anos, depois de ter sido ministro dos Negócios Estrangeiros com 27 e secretário de Estado da Integração com 25. Outros casos incluem a Dinamarca (Sanna Marin, 34), El Salvador (Nayib Bukele, 37) ou a Nova Zelândia (Jacinda Arden, 37). Na democracia portuguesa, o primeiro-ministro mais jovem foi Carlos Mota Pinto, chegando ao cargo com 42 anos, num governo de iniciativa presidencial (IV Governo, 1978). No entanto, a média, entre 1976 e 2019, chega aos 49 anos, tendo todos os primeiros-ministros deste período alcançado o cargo entre os 42 e os 59 anos.

A média de idade dos ministros nomeados entre 1976 e 2019 também corresponde a 49 anos. O ministro mais jovem foi Jaime Gama, nomeado no II Governo Constitucional (1978) com 31 anos. Ainda que por apenas 6 meses (o governo durou apenas 7), o jovem dirigente socialista substituiu o histórico Alberto Oliveira e Silva, então com 53 anos, na pasta da Administração Interna.

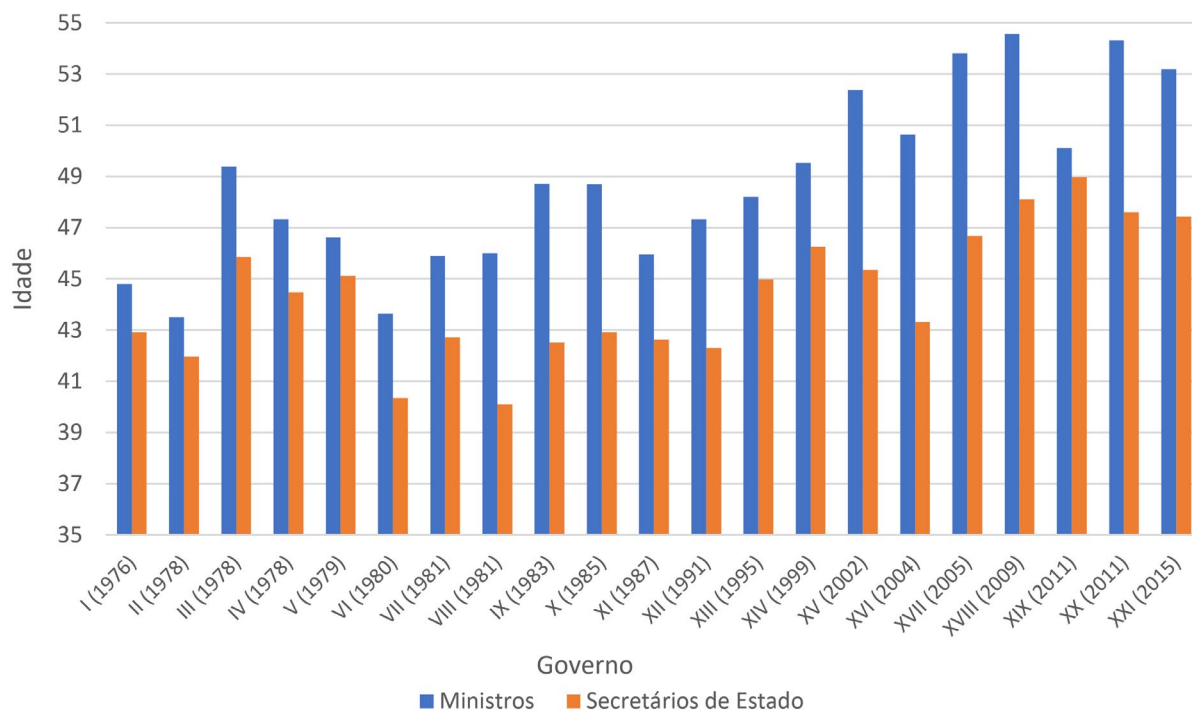
Já a média de idade dos secretários de Estado é de 44 anos. Neste cargo, já se contaram indivíduos com menos de 30 anos (no total são 14, incluindo alguns que vieram a ocupar vários cargos governativos, como Santana Lopes, António Vitorino, Marques Mendes e Durão Barroso). O mais jovem secretário de Estado foi Gomes de Pinho, nomeado secretário de Estado da Cultura no VIII Governo (1981) com 25 anos.

Em termos gerais, ao longo da democracia portuguesa, verificou-se uma tendência de aumento da média etária tanto de ministros como de secretários de Estado.

Somando todas as legislaturas, os partidos ecologistas e os da esquerda radical têm a maior representação relativa de jovens nas suas bancadas.

Gráfico 4. Média de idade dos membros do governo (1976-2019)

Fontes: de 1976 a 2015, Almeida e Pinto (2015) e Silveira (2019); de 2015 a 2019, recolha dos autores. O número de nomeações como ministro é de 404, verificando-se 1 caso em que não foi possível apurar a idade. O número de nomeações como secretários de Estado é de 962, verificando-se 106 casos em que não foi possível apurar a idade.



Uma das questões fundamentais para interpretar esta tendência foi a renovação abrupta da elite política portuguesa que ascendeu ao governo após a transição democrática. Com efeito, a necessidade de renovação do pessoal político provocou uma rápida ascensão de jovens, dissipando-se à medida que a democracia se foi consolidando.

Os ministros possuem, em cada governo, uma média de idades superior à dos secretários de Estado. Em muito governos a diferença de média de idades não é, no entanto, muito acentuada, confirmando que o cargo de secretário de Estado não se assume como um cargo fundamentalmente vocacionado como treino para potenciais ministros (Silveira, 2015).

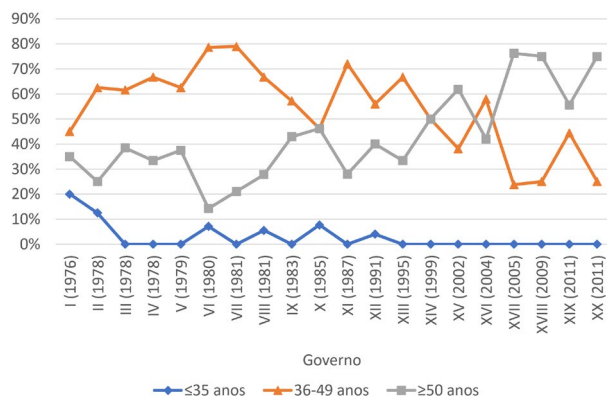
Sem prejuízo da tendência de aumento da idade dos

membros do governo evidenciada no gráfico 4, detetam-se oscilações relevantes, já que a idade é uma entre muitas outras características tidas em conta por quem escolhe os membros do governo.

Quando consideramos a evolução por escalões etários, a tendência de sub-representação de jovens mantém-se e torna-se evidente a diminuta presença relativa de jovens no governo. Particularmente no caso dos ministros, e com a exceção dos dois primeiros governos, a proporção de jovens foi sempre bastante residual ao longo da democracia portuguesa (apenas 10 ministros jovens em 20 governos). Na verdade, nos restantes governos, só ocasionalmente um único jovem assumiu o cargo ministerial e desde 1995 que nem esta presença fortuita tem tido lugar.

Gráfico 5. Representação etária dos ministros (% , 1976-2019)

Fontes: de 1976 a 2015, Almeida e Pinto (2015) e Silveira (2019); de 2015 a 2019, recolha dos autores. O número de nomeações como ministro é de 404, verificando-se 1 caso em que não foi possível apurar a idade.



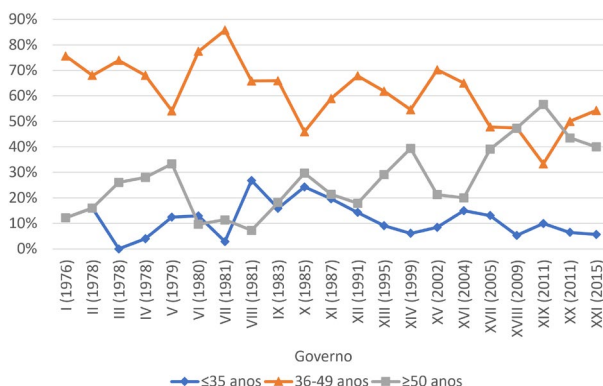
Assim, é entre os restantes escalões (36 a 49 anos e mais de 50 anos) que podemos verificar o padrão de crescimento da idade dos ministros. Embora Almeida e Pinto (2006: 33-34) identifiquem o predomínio de indivíduos de “meia-idade” (40 a 49 anos) como um dos grandes traços de continuidade da elite ministerial portuguesa desde 1851, a tendência verificada no gráfico 5 é de ascensão do grupo etário superior. Embora, mais uma vez, esse crescimento não seja contínuo, a tendência de afirmação de uma maioria de ministros com mais de 50 anos é clara.

No que diz respeito aos secretários de Estado, a presença de jovens é superior, embora usualmente minoritária no governo. Apenas o III Governo Constitucional (1978) não contou com jovens secretários de Estado, mas a percentagem nunca ultrapassou os 27%.

Ao longo da democracia portuguesa, verificou-se uma tendência de aumento da média etária tanto de ministros como de secretários de Estado. Uma das explicações para esta tendência foi a renovação abrupta da elite política portuguesa que ascendeu ao governo após a transição democrática: a necessidade de renovação do pessoal político provocou uma rápida ascensão de jovens, dissipando-se à medida que a democracia se foi consolidando.

Gráfico 6. Representação etária dos secretários de Estado (% , 1976-2019)

Fontes: de 1976 a 2015, Almeida & Pinto (2015) e Silveira (2019); de 2015 a 2019, recolha dos autores. O número de nomeações como secretários de Estado é de 962, verificando-se 106 casos em que não foi possível apurar a idade.



Com efeito, a maioria destes governantes chega ao cargo com uma idade entre 36 e 49 anos, pese embora também se verifique uma propensão de perda deste escalão face ao escalão superior. Esta tendência não é, no entanto, tão acentuada como no caso dos ministros – apenas no XIX Governo (2011) os secretários de Estado com mais de 50 anos constituíram a maioria.

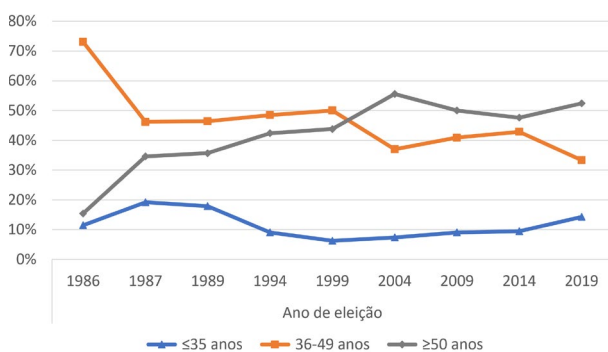
JOVENS PORTUGUESES NO PARLAMENTO EUROPEU

Portugal entrou na Comunidade Económica Europeia (CEE), hoje União Europeia (UE), em janeiro de 1986. Desde então, teve 236 deputados ao Parlamento Europeu, comumente designados de “eurodeputados”, dos quais 27 eram jovens à data de eleição. Os eurodeputados que serviram entre 1986 e 1987, data das primeiras eleições europeias que serviram para eleger os representantes (somente) deste Estado-Membro para um mandato até 1989 (uniformizando com os restantes países), foram nomeados de acordo com a representatividade partidária na Assembleia da República.

Comparando Portugal com os restantes países da UE, há uma discrepância na idade de eleição dos eurodeputados, mas não no número de jovens. A idade dos parlamentares europeus é estável ao longo das nove legislaturas, rondando os 50 anos. Já a dos eurodeputados eleitos exclusivamente por Portugal aumentou cerca de três anos (de 45 para 49 anos) entre 1986 e 2019. Contabilizados todos os Estados-membros, a percentagem de jovens no Parlamento Europeu aumentou de 9.14% para 13% entre a primeira e a atual legislatura. De forma similar, a representação de jovens eurodeputados portugueses passou de 11.5% para 14.3% (gráfico 7). Neste caso, o valor mais elevado é registado em 1987, atingindo 19.2% de jovens eleitos, percentagem que foi decrescendo até 1999 (6.3%), período a partir do qual houve uma reversão da tendência. Ainda assim, o gráfico 7 evidencia uma sub-representação desta faixa etária e uma evolução que não é constante nem avultada, não tendo, em qualquer legislatura, ultrapassado a barreira dos 20%.

Gráfico 7. Representação dos diferentes grupos etários no Parlamento Europeu, caso português (% , 1986-2019)

Fonte: recolha dos autores.



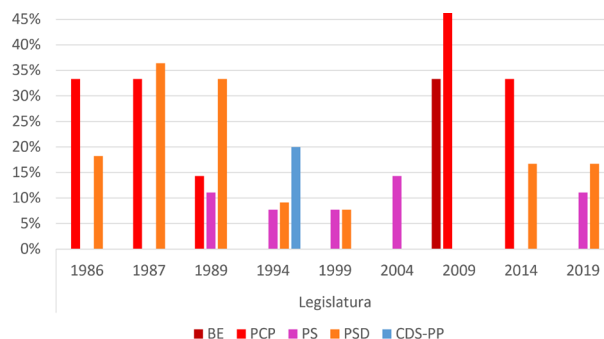
Estes dados contrariam as teses segundo as quais o facto de as eleições europeias serem de “segunda ordem” (terminologia de Reif e Schmitt, 1980) permite que os partidos políticos as utilizem como um mecanismo de “aposta”, “treino” e posterior “fiscalização” de novos quadros antes de assumirem outros cargos públicos ao nível nacional (Sundström e Stockemer, 2018). Ou seja, o assento do Parlamento Europeu poderia ser visto como ideal para os jovens políticos ganharem

A tendência é clara: um decréscimo da representação também de eurodeputados dos 36 aos 49 anos e um incremento da eleição de indivíduos com idade igual ou superior a 50 anos

experiência, dado que são alvo de menor atenção mediática, estão mais distantes dos cidadãos e as políticas europeias não serem alvo de tanta discussão pública. Pelo contrário, o Parlamento Europeu é mais um “exílio dourado”, composto por partidos “insensíveis face aos jovens adultos” e onde o parlamentar é, em média, oito anos mais velho que o cidadão médio (Stockemer e Sundström, 2019). Ademais, a tendência é clara: um decréscimo da representação também de eurodeputados dos 36 aos 49 anos e um incremento da eleição de indivíduos com idade igual ou superior a 50 anos, tendo este último grupo superado o anterior desde 2004 (gráfico 7).

Gráfico 8. Representação jovem por legislatura: distribuição por partido político (%)

Fonte: recolha dos autores.



Por organização partidária, o gráfico 8 destaca os seguintes resultados. O BE não elegeu nenhum jovem em 1999, 2004, 2014 e 2019 – embora no primeiro caso não tenha alcançado qualquer mandato. O partido teve somente uma jovem eleita desde que tem assento no Parlamento Europeu: Marisa Matias, de 33 anos, num total de 3 mandatos alcançados em 2009 – registando um rácio jovem/grupo político de 1/3 – e de 7 no total das legislaturas.

O PCP já teve 5 jovens entre os 30 eurodeputados que elegeu desde que Portugal aderiu à CEE. A presença destes jovens está dividida entre vários momentos: 1986, 1987, 1989, 2009 e 2014. Dos principais partidos, foi o PCP quem alcançou a representação jovem mais elevada entre os membros do seu grupo europeu (50%), com a eleição de João Ferreira na 7.ª legislatura (embora num total de 2 mandatos). Não elegeu nenhum jovem em quatro legislaturas, tendo tido um rácio de 1/3 de jovens em 1986, 1987 e 2014, bem como um jovem eleito num total de 7 mandatos (14.29%) em 1989.

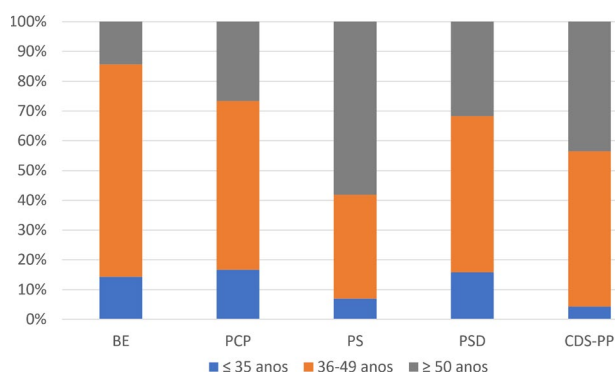
De igual modo, o PS não teve qualquer jovem no Parlamento comunitário em quatro dos momentos de nomeação/eleição. Existiram, até à data, 6 jovens entre os 86 eurodeputados socialistas. Porém, nunca alcançaram o rácio dos comunistas. A maior presença das novas gerações socialistas deu-se em 2004, com 14.29% da bancada, através da eleição de Jamila Madeira e Sérgio Sousa Pinto, com 29 e 32 anos, respetivamente. Excluindo os mandatos sem jovens, a menor representação juvenil socialista foi de 7.69% (1994 e 1999), com a eleição de José Apolinário na primeira e de Sérgio Sousa Pinto na segunda. Os três mencionados têm em comum o facto de terem sido líderes da Juventude Socialista.

O PSD, tem o maior valor absoluto: 13 jovens deputados europeus, dos quais sete foram em 1987 e 1989. Também não alcança o valor do PCP na 7.ª legislatura (2009-2014) e não colocou em Bruxelas nenhum jovem em duas eleições (2004 e 2009). Com essa exceção, foi em 1999 que registou a menor representação juvenil (7.69%), elegendo Jorge Moreira da Silva (28 anos, ex-líder da JSD) num total de 13 mandatos. Já o maior rácio foi alcançado em 1987 (36.36%), com 4 jovens num total dos 11 eurodeputados sociais-democratas: António Lacerda de Queiróz (34 anos) e Pedro Pinto (31 anos), ambos então ex-Presidentes da JSD, aos quais acrescem Carlos Pimenta (32 anos) e o primeiro eurodeputado eleito por Portugal, com 31 anos, Pedro Santana Lopes. Em 1989 a representação juvenil foi de 33.3%, em 2014 e 2019 de 16.7%, em 1986 de 18.2% e em 1994 de 9.1%.

Já o CDS-PP, não teve representação jovem na quase totalidade dos mandatos do Parlamento Europeu. A exceção foi a obtenção de uma representação de 20% da bancada, em 1994, com a eleição de Manuel Monteiro (32 anos), presidente do partido e ex-líder da então Juventude Centrista. Por fim, a única organização partidária a superar o rácio dos comunistas foi o PAN, que elegeu um jovem, simultaneamente o seu cabeça-de-lista e único eleito, nas últimas eleições europeias (2019), mas que, posteriormente, se desfilou do partido (dados não mostrados).

Gráfico 9. Representação etária no total das legislaturas: distribuição por partido político (%)

Fonte: recolha dos autores.



Em geral, o gráfico 9 revela que o PCP é o partido que teve a percentagem mais elevada de jovens no total da sua bancada (16.67%), seguida do PSD (15.85%) e do BE (14.29%). O PS e o CDS-PP ficam-se por 6.98% e 4.35% de jovens eleitos nas suas fileiras, respetivamente. Por seu turno, os dois últimos são também os partidos com a maior representação de eurodeputados “menos jovens”: o PS teve 50 (58.14%) acima dos 49 anos e o CDS-PP 10 (43.48%). Somente os socialistas ficaram abaixo do limiar de 50% de deputados europeus da sua bancada de “meia-idade” (30 entre os 36-49 anos, num total de 86 eurodeputados do PS até à data). O partido com maior representação da “meia-idade” e a menor dos “menos jovens” é o BE (71.43% e 14.29%, respetivamente). O PSD e o PCP têm uma distribuição total muito similar, não obstante o primeiro tenha mais 5% de eurodeputados com idade mais avançada (31.71% face a 26.67% dos comunistas e ecologistas).

Os eurodeputados mais jovens até hoje foram José Apolinário (1989) e Sérgio Sousa Pinto (1999), ambos com 27 anos e do PS. De igual modo, o parlamentar europeu eleito com mais idade é também do PS, o ex-primeiro-ministro e ex-Presidente da República, Mário Soares, com 75 anos, em 1999. Na presente legislatura, a mais jovem é Lúcia Pereira (28 anos, PSD) e a “menos jovem” Maria Manuel Leitão Marques (67 anos, PS).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este research brief apresenta o número de jovens que, ao longo da democracia portuguesa, ocuparam funções de deputados, ministros e secretários de Estado. Deste modo, avalia-se se esta condição geracional é uma “vantagem de grupo” ou uma “barreira” na seleção para titulares desses cargos políticos.

Os resultados espelham a “lei da desproporção crescente” de Putnam: quanto mais elevado o cargo político, mais restrito é o seu acesso, aumentando a desproporção face à população geral (1976: 33-36). Apesar de o último relatório da União Interparlamentar (IPU, 2021) demonstrar que houve um crescimento generalizado da presença de jovens em instituições políticas, em Portugal a tendência é contrária. Há um aumento da idade dos dirigentes políticos.

O ideal de representação política descritiva está ainda longe de ser alcançado. A juventude corresponde a cerca de 35% da sociedade portuguesa, mas, atualmente, não chega a 15% dos membros de qualquer instituição política. Adotamos este critério à semelhança de outros estudos (por exemplo, Sundström e Stockemer, 2019), dado que, apesar de a idade elegível ser apenas a partir dos 18 anos, são os jovens (aqui definidos como até aos 35 anos), nesta perspetiva, que mais partilham dos interesses e necessidades das gerações mais novas. Não obstante, mesmo tendo em conta apenas os cidadãos entre os 18 e os 35 anos para o cálculo do rácio, o número de eleitos jovens continuaria a não corresponder ao seu peso populacional. Ademais, a representação juvenil tem vindo a diminuir no parlamento e no governo, no qual há 26 anos que a inclusão de jovens está restringida a secretarias de Estado. Já no Parlamento Europeu, embora exista um ligeiro crescimento nas últimas duas décadas, continua a estar abaixo de valores anteriores.

Ao nível partidário, não há uma tendência estável ao longo do tempo. Não obstante, analisando a totalidade dos mandatos, é possível inferir que os partidos ecologistas e de esquerda radical tendem a ter uma representação de jovens superior às restantes organizações partidárias. Todavia, nenhum dos partidos tem, no total, uma integração de jovens correspondente ao peso societal desta geração, o que demonstra que as estratégias para a designação de titulares de cargos políticos serão determinadas por outros incentivos que não a tentativa de espelhar as diversas tendências da sociedade portuguesa.

Agradecimento: Os autores agradecem a colaboração de Thaís Brito e de Rui Pedro Gomes na recolha e tratamento de parte dos dados.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- Almeida, P. T. de, & Pinto, A. C. (2006). Os Ministros portugueses, 1851-1999: perfil social e carreira política. In Tavares de Almeida, P. Costa Pinto, A., & Bermeo, N. (eds.). *Quem Governa a Europa do Sul?* Lisboa: Imprensa de Ciências Sociais.
- Almeida, P. T. de, & Pinto, A. C. (2015). Base de dados do projeto “Ministros Tecnocratas e Independentes nas Democracias Europeias”. FCT: PTDC/CPJ CPO/118086/2010.
- Augusto, N. M. (2008). A juventude e a(s) política(s): Desinstitucionalização e individualização. *Revista Crítica de Ciências Sociais*, (81), 155-177.
- Bruter, M., & Harrison, S. (2009). *The Future of our Democracies? Young Party Members in Europe*. London: Palgrave.
- Freire, A. (2009a). Biografias dos Deputados Portugueses, Eleições 1975-2005 – Bases de Dados. In Freire, A., Viegas, J. M., & Seiceira, F. (coord.), *Representação Política em Portugal – Inquéritos e Bases de Dados*. Lisboa: Sextante.
- Freire, A. (2009b). Biografias dos Deputados Portugueses, Eleições 2009 – Bases de Dados. In Freire, A., Lisi, M., Viegas, J. M., & Seiceira, F. (coord.), *Projeto Eleições, Liderança e Responsabilização*. <http://er.cies.iscte-iul.pt/>
- Freire, A., Lisi, M., & Viegas, J. M. (2012). Fichas dos Deputados Portugueses 2011 – Bases de Dados. In Freire, A., Lisi, M., Viegas, J. M. (coord.). *Projeto Eleições, Liderança e Responsabilização, 2012-2015*. FCT: PTDC/CPJ-CPO/119307/2010. <http://er.cies.iscte-iul.pt/>
- Freire, A., Lisi, M., & Tsatsanis, E. (2016). Fichas dos Deputados Portugueses, Eleições 2015 – Bases de Dados. In Freire, A., Lisi, M., & Tsatsanis, E. (coord.), *Projeto Crise, Representação Política e Renovação da Democracia: O caso Português no Contexto do Sul da Europa (2016-2019)*. FCT: PTDC/IVC-CPO/3098/2014. <http://er.cies.iscte-iul.pt/>
- Inter-Parliamentary Union (IPU). (2021). *Youth Participation in National Parliaments*. Geneva: IPU. ISBN: 978-92-9142-797-0.
- Putnam, R. D. (1976). *The Comparative Study of Political Elites*. Englewood Cliffs, N.J.: Prentice-Hall.
- Reif, K., & Schmitt, H. (1980). Nine second order national elections—a conceptual framework for the analysis of European Election results. *European Journal of Political Research*, 8(1), 3-44.
- Silveira, P. (2015). Os secretários de Estado da democracia portuguesa, 1976-2011. *Análise Social*, 50(214), 128-158.
- Silveira, P. (2019). “Os secretários de Estado no governo português”. Tese de doutoramento. Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa.
- Sundström, A., & Stockemer, D. (2018). Youth representation in the European Parliament: The limited effect of political party characteristics. *Intergenerational Justice Review*, 4(2), 68–78.
- Stockemer, D., & Sundström, A. (2019). Youth’s underrepresentation in the European Parliament: Insights from interviews with young Members of the European Parliament (MEPs). *Intergenerational Justice Review*, 5(1), 4–8.

Observatório Permanente da Juventude

O Observatório Permanente da Juventude é um programa de investigação e estudos do Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa, instituição responsável pelo seu funcionamento e coordenação científica desde 1989. Pretendendo potenciar a produção, a troca e a difusão do conhecimento científico sobre a diversidade de realidades juvenis em Portugal e no mundo, o OPJ beneficia de um largo património e experiência de investigação nacional e internacional.

Saiba mais em

www.opj.ics.ulisboa.pt

ISBN: 978-972-671-673-0